



“Vinho novo em odres velhos”: tempo e narrativa  
em Os Donos do Poder de Raymundo Faoro<sup>1</sup>

“New wine into old wineskins”: Time and narrative in  
Raymundo Faoro’s Os Donos do Poder

MENDES, Breno<sup>2</sup>

**Resumo:** Reflexão historiográfica sobre a obra Os donos do poder de Raymundo Faoro a partir do entrelaçamento das categorias de tempo histórico e de narrativa. No núcleo da exposição estão as análises sobre a narrativa sincrônica de Faoro que desenha uma temporalidade circular e cíclica. Por fim, discute-se na tese se o ensaio em questão fecha o horizonte-de-expectativa e propõe uma supressão do Estado, ou, se pelo contrário, vislumbra a possibilidade de expansão dos horizontes e reforma estatal.

**Palavras-chave:** Historiografia brasileira, Tempo histórico, narrativa, Raymundo Faoro, Paul Ricoeur, Teoria da História.

**Abstract:** This is a historiographical reflection on the work “Os donos do poder” by

---

1. Agradeço a José Carlos Reis e Walderez Ramalho pelos comentários feitos a uma versão preliminar desse texto.

2. Doutorando em História – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal. Orientador: José Carlos Reis

Recebido em: 09/08/2015

Aprovado em: 17/12/2015

Raymundo Faoro, based on the intertwining categories of historical time and narrative. On the core of our exposition is the analysis of Faoro’s synchronic narrative, which illustrates a circular and cyclical temporality. Finally, we discuss if his essay closes the Brazilian horizon of expectation and proposes a suppression of the state, or if, on the contrary, glimpses the possibility of expanding that horizon along state reform.

**Keywords:** Brazilian historiography, historical time, narrative, Raymundo Faoro, Paul Ricoeur, Theory of History.

O novo  
não me choca mais  
nada de novo  
sob o sol

apenas o mesmo  
ovo de sempre  
choca o mesmo novo

Paulo Leminski - *Toda poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 56

## Introdução

Nossa proposta é discutir a obra *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*, do jurista gaúcho Raymundo Faoro, a partir do entrelaçamento das categorias de tempo e narrativa, presentes em sua análise<sup>3</sup>.

O fundamento da interpretação de tal análise será a hermenêutica de Paul Ricoeur e sua tese de que “o tempo se torna tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa; em compensação a narrativa é significativa na medida em que desenha os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1991, p. 17, tradução nossa). Em *Tempo e narrativa* (3v. 1983-1985), o filósofo sustenta ser impossível uma abordagem da temporalidade que não demande a mediação da linguagem e da narrativa. Em sua compreensão é inalcançável uma conceituação que defina o tempo de modo definitivo e exato, logo, o acesso à experiência temporal só ocorre por meio de sua representação em um enredo.

A leitura de Faoro sobre a temporalidade brasileira está mais evidente em sua abordagem acerca do tema da modernização no Brasil. Para a análise será utilizado, sobretudo, *Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro*, mas também serão feitas menções, de forma restrita, aos artigos *A questão nacional: a modernização* (1992), *A aventura liberal numa ordem patrimonialista* (1993) e *Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras* (1998). Acredita-se que estes artigos, embora não estejam no foco central da presente proposta, podem trazer novas luzes sobre a leitura de sua obra magna. Em outras palavras, o método apresentado

3. A primeira edição do livro veio a lume em 1958 e foi republicada e ampliada nos anos 70. Tal edição foi bem acolhida em círculos ilustrados e inclusive recebeu o prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras em 1959, mas passou quase despercebida nos círculos universitários. No contexto do nacional-desenvolvimentismo, uma tese que sublinha a continuidade na história do Brasil parecia fazer pouco sentido. Entretanto, o golpe militar de 1964 mudou o cenário de recepção da obra e a retomada de algumas instituições do Estado Novo evidenciava o início de mais um ciclo autoritário. Nos anos 1970, vários trabalhos de cientistas sociais criticaram o autoritarismo estatal com categorias como a via prussiana, revolução passiva e patrimonialismo. Assim, *Os donos do poder* foi deslocado da margem para o mainstream acadêmico (VIANNA, 2009).

empreenderá uma exegese dos conceitos centrais de *Os donos do poder* e também um cruzamento intertextual, de modo pontual, com outros textos faorianos, considerando também comentários realizados por intelectuais sobre seu pensamento.

## Os donos do Poder: principais conceitos e teses

Antes de expor o cerne de nossa análise sobre o entrelaçamento entre tempo e narrativa no pensamento faoriano, é necessário apresentar e discutir criticamente, ainda que de forma sucinta, as principais categorias de *Os donos do poder*. Nesse sentido, destaca-se a noção de patrimonialismo. Menos do que apresentar uma síntese ou resumo dos argumentos, o objetivo é ressaltar o diálogo criativo mantido com as ideias weberianas.

Nas palavras de Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda foi o primeiro a empregar o termo *patrimonial* – e não o conceito de *patrimonialismo* – para interpretar a experiência brasileira; isto porque quando Holanda compara o funcionário patrimonial ao burocrata puro de Weber, ele teria empregado o conceito de forma elástica, sem se preocupar em inseri-lo na “dominação tradicional-patrimonial”. Por sua vez, o escritor gaúcho sentencia: “não há dúvida, portanto, que não o termo ‘patrimonial’, mas a análise do Estado brasileiro sob o prisma do patrimonialismo começa em *Os donos do poder*” (FAORO, 1993, p. 18, grifo do autor). Em sua visão, o autor de *Raízes do Brasil* foi pouco fiel ao *Economia e Sociedade*, de Weber, quando fala do ‘funcionário patrimonial’. Para o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, “Faoro não foi o primeiro autor a usar as ferramentas weberianas para interpretar o Brasil. Usou-as, contudo, com maior alcance e rigor do que seus antecessores” (CARDOSO, 2013, p. 260).

O conceito de ‘patrimonialismo’ deriva do termo ‘patrimonial’ que Max Weber mobiliza ao discutir um tipo específico de dominação legítima. Por “dominação” o pensador alemão entende a probabilidade de obter obediência a um mandato, isto é, quando o dominador faz com que os dominados ajam como se eles fossem o portador de sua vontade.

A atenção de Weber se dirige ao sentido da aceitação de uma dominação como válida, seja pelos dominadores que acreditam ter autoridade para mandar, seja pelos dominados, que creem nesta autoridade e interiorizam o dever de obediência (CAMPANTE, 2003; WEBER, 2003).

Weber analisou três formas puras de dominação legítima: legal, tradicional e carismática, estando cada uma delas relacionada a uma determinada forma de administração e o patrimonialismo, neste contexto, é examinado na discussão da dominação tradicional, a qual tem sua legitimidade baseada em uma crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais há muito tempo existentes. Seu tipo mais puro é a dominação patriarcal na qual se obedece à pessoa (e não a lei) em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição.

O quadro administrativo é composto por dependentes pessoais do senhor, parentes, amigos pessoais ou pessoas que estão ligadas a ele por um vínculo de fidelidade. O patrimonialismo mostra, portanto, que na dominação tradicional o poder político é organizado por meio de poder arbitrário, sujeito aos caprichos pessoais do governante que busca legitimação na tradição. Entretanto, além de legitimar a dominação, a tradição

também pode limitá-la, na medida em que, ela reconhece determinados direitos dos dominados que foram consolidados pelo tempo e pelos costumes. Quando o arbítrio do príncipe prevalece tem-se o patrimonialismo sultanista, quando é a tradição que predomina tem-se o patrimonialismo estamental (CAMPANTE, 2003; WEBER, 2003).

Raymundo Faoro empregou o conceito de patrimonialismo para defender uma das principais teses de *Os donos do poder*, a saber, a de que o mundo português (e por extensão o Brasil-Colônia) foi patrimonial e não feudal. O autor gaúcho critica severamente aqueles que veem o feudalismo como uma etapa necessária para se chegar ao capitalismo moderno, visto que identificariam toda a Idade Média com o feudalismo para acentuar a crítica ao capitalismo. Nesta visão, os modos de produção (asiático, antigo e feudal) são encadeados de forma linear e ascendente até culminar na época moderna (FAORO, 2008). O alvo destas objeções é certo: alguns dos intérpretes marxistas da história brasileira que afirmavam ter havido por aqui um passado feudal<sup>4</sup>.

O autor segue argumentando que o feudalismo não cria um Estado no sentido moderno do conceito, pois nele não há unidade de comando, mas um conjunto de poderes políticos. Para Faoro, a identificação de um elemento disperso do feudalismo não é suficiente para caracterizar a presença de todo o sistema que era composto de elementos militares, econômico-sociais e políticos. Portugal não conhecera o feudalismo já que lá não houve camada com autonomia política entre o rei e o vassalo. Em sua leitura, o Estado português foi um Estado Patrimonial no qual o rei dirigia a economia como se esta fosse uma empresa sua. Os servidores são inseridos numa rede patriarcal na qual eles representam uma extensão da casa do soberano.

Conforme destaca Fernando Henrique Cardoso, Faoro não entende que a mera existência do latifúndio seja o bastante para a presença de uma dominação feudal nos termos weberianos. Se não existira feudalismo em Portugal, menos ainda haveria no Brasil, onde a concessão de porções de terra, como no sistema de capitânicas hereditárias, era indissociável da assunção de responsabilidades em nome do rei. Nessa perspectiva “estamos distantes da visão de Oliveira Vianna, que via na dispersão geográfica e no isolamento dos núcleos econômicos [no início da colonização] o risco da dispersão e clamava por um Estado que o unificasse” (CARDOSO, 2013, p. 232).

Como crítica à tese do feudalismo brasileiro, Faoro acrescenta que não havia no sistema brasileiro nem o feudo, nem o vínculo de vassalagem. Aqui o rei subordinava as pessoas, o governo dirigia as ações, algo incompatível com o feudalismo no qual prevalece a ideia de pacto entre camadas desiguais, mas estruturadas rigidamente em privilégios.

Apesar disto, não devem ser negados os efeitos dispersivos das donatarias decorrentes do isolamento geográfico e da extensão da costa, capazes de gerar núcleos de autoridade social, sem que, entretanto, a administração real permitisse a consolidação da autonomia política. A recusa da tese feudal (seja em Portugal, seja no Brasil) é radical:

O chamado feudalismo português e brasileiro não é, na verdade, outra coisa do que a valorização autônoma, truncada, de reminiscências históricas, colhidas,

4. No prefácio à 2ª edição de *Os donos do poder* Faoro afirma ainda que seu ensaio se afasta do marxismo ortodoxo, ao sustentar a autonomia de uma camada de poder, que não está determinada pela infra-estrutura econômica.

por falsa analogia, de nações de outra índole, sujeitas a outros acontecimentos, teatro de outras lutas e diferentes tradições. (FAORO, 2008, p. 36).

Entrelaçado ao conceito de patrimonialismo está outra categoria-chave da obra em questão: o estamento. Um dos traços do quadro administrativo na dominação tradicional, segundo Weber, é a estrutura estamental na qual os servidores estão investidos em seus cargos por privilégio ou concessão do senhor. Este quadro administrativo adquire certa autonomia em relação ao senhor e passa a determinar as convenções de seu funcionamento (WEBER, 2003).

Seguindo a inspiração weberiana, o conceito de estamento foi empregado em contraposição ao de classe. Nesta interpretação, a categoria classe é definida pela agregação de interesses econômicos que são determinados pelo mercado; por mais poderosa que uma classe seja, seus membros podem não dispor de poder político. Já o estamento é, antes de tudo, uma camada social, não econômica, embora possa repousar sobre uma classe<sup>5</sup>.

O estamento político constitui uma comunidade, não obstante seja amorfa: seus membros sempre agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo que é um círculo qualificado para o exercício do poder. O integrante do estamento aspira ao prestígio desta camada, a honra social que pode se fixar em um estilo de vida. Ao contrário da classe, no estamento não há igualdade das pessoas. Para integrá-lo não basta ter condições econômicas, antes, é preciso apresentar as qualidades, os hábitos, os costumes, o perfil e a personalidade convencionados. O estamento supõe distância social e seus membros se esforçam para conquistar as vantagens (materiais e espirituais) que trazem distinção (FAORO, 2008).

Raymundo Faoro afirma que quando o mercado não domina toda a economia (caso da sociedade feudal e da patrimonial) o estamento floresce de modo natural. O fechamento do estamento em si mesmo conduz à apropriação de oportunidades econômicas e chegam ao extremo do monopólio das atividades lucrativas e dos cargos públicos. Nesta lógica “os cargos são para os homens e não os homens para os cargos (FAORO, 2008, p. 75).” No Estado patrimonial de Estamento, ao contrário da sociedade de classes, o domínio se projeta de cima para baixo.

Vejamos, agora, outra tese importante sustentada em *Os donos do poder: o estamento burocrático português* (formado desde a Revolução de Avis<sup>6</sup>) foi congelado e atravessou o oceano para ser implantado no Brasil desde a colonização. Nessa lógica, a equação patrimonialismo mais estamento resultou em um aparato estatal português inchado e ineficiente, afastado dos interesses da população.

Nas terras lusitanas havia uma enxurrada de servidores, alguns acumulavam mais de um cargo e cultivavam o ócio e, assim, o patrimonialismo fechava-se sobre si mesmo com o estamento de caráter burocrático. Burocrático, aqui, não é utilizado no sentido moderno de aparelhamento racional, mas no de apropriação do cargo. O

5. Ainda sobre esta distinção o autor diz que há estamentos que podem se transformar em classes e classes que podem se tornar estamentos. Os estamentos governam e as classes negociam. Os estamentos são órgãos do Estado e as classes são categorias sociais, econômicas. (FAORO, 2008)

6. A revolução de 1385 em Portugal não concentrou todo o poder nas mãos do rei, tampouco fortaleceu o poder de uma burguesia comercial. Pelo contrário, ela propiciou a emergência da camada estamental (FAORO, 2008).

estamento burocrático configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem e infundem seus padrões de conduta a muitos. Este grupo dirigente não exerce o poder em nome da maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança do povo.

Um nome de primeira grandeza da historiografia brasileira, Francisco Iglésias, no texto *Revisão de Raymundo Faoro*, fez uma análise crítica do conceito de estamento nos *Donos do poder*. Segundo ele, há um abuso do termo, já que nem sempre fica claro, por exemplo, se há diferença entre estamento político e estamento burocrático. Não estaria nítida, tampouco, a existência ou não de níveis internos no estamento burocrático; o exército faria, portanto, parte dele?

Em suma, por ser uma categoria um tanto quanto elástica e abrangente não está explícito de fato quem a constitui. Não obstante, Iglésias sentencia que o conceito é enriquecedor para as análises da história do Brasil, pois denota uma preocupação com o quadro social que não era vista. Anteriormente, falava-se em classe social de modo muito vago.

Deste modo, uma importância desmedida era concedida aos proprietários, mas o estamento chama a atenção também para os comerciantes, os financistas e burocratas. Ademais, deve-se ressaltar que Faoro não é historiador de ofício. Caberia aos profissionais do *métier* a tarefa, ainda por fazer, de descobrir e delimitar quem faz parte do estamento (IGLÉSIAS, 2009).

Outros cânones da historiografia nacional também fizeram uma leitura crítica da aplicação do conceito de estamento burocrático à experiência brasileira. Fernando Henrique Cardoso pondera que houve certo exagero no julgamento sobre a persistência desse grupo, a ponto de quase transformá-lo numa espécie de “motor da história brasileira”. Todavia, isso não teria ocorrido, pois em nenhum momento o estamento é desvinculado do jogo de classes. “A trama entre Estado e burocracia, por um lado, e sociedade civil, classes e mercado, por outro, é mais complexa sendo difícil admitir uma autonomia tão forte entre um dos dois polos do binômio. No decorrer do livro não falta a Faoro a argúcia para se dar conta disso” (CARDOSO, 2013, p. 231).

Por sua vez, José Murilo de Carvalho sustenta que apesar de a tese de Faoro ser pertinente, foi formulada de modo tão radical que não faz jus à acuidade das análises históricas contidas na própria obra. Ademais, segundo ele, existe uma dificuldade em se comprovar empiricamente a estamentalização da burocracia estatal, especialmente no século XIX. Dessa maneira, as pesquisas historiográficas sobre a burocracia à época do Império mostrariam que o quadro era mais fragmentado do que unificado. A despeito disso, Carvalho não deixa de identificar a consistência conceitual da obra, uma vez que segue com razoável precisão as categorias weberianas e chega a conclusões coerentes com as premissas teóricas (CARVALHO, 2013; CARVALHO, 2005).

É através dos conceitos analisados acima que Faoro interpretou a história do Brasil. A substancial dimensão que a obra alcançou em sua 2ª edição (cerca de 900 páginas!) inviabiliza que percorramos ponto por ponto todos os aspectos abordados em *Os donos do poder*.

Com efeito, a partir da discussão conceitual realizada acima é possível encontrar o núcleo de sua argumentação, uma vez que é a partir destas lentes que o autor lançará os olhos para os diversos acontecimentos da experiência nacional.

## Tempo, narrativa e a representação do passado brasileiro em Raymundo Faoro.

Pelo menos desde o início do século XX, tem havido um desconforto da parte de alguns intérpretes com a temporalidade brasileira. Nesta visão, o tempo nacional estaria descompassado, atrasado em relação ao referencial moderno. O mal-estar foi articulado em narrativas da história do Brasil e interpretações sobre a identidade nacional. Afinal,

Escrever sobre a nação, elaborar sua história era também uma forma complexa de ordenamento do tempo, uma maneira de se criar uma ordem temporal capaz de produzir significados teóricos plausíveis, mas igualmente um modo de se elaborar um sentido coletivo e [afetivo] para a pátria (NICOLAZZI, 2008, p. 6).

É a partir desta chave de leitura que compreendemos as análises de Faoro. Todavia, qual seria sua concepção de tempo? De que maneira ela é articulada em sua narrativa? Sua leitura sobre a modernização brasileira trará algumas respostas a estas indagações.

Logo de saída é preciso estabelecer a distinção assumida pela perspectiva faoriana entre *modernidade* e *modernização*. Eis a diferença estabelecida entre ambas: a *modernidade* é um processo que atinge a toda a sociedade, “ampliando o raio de expansão de todas as classes”, renovando os papéis sociais, enquanto que, a *modernização* “chega à sociedade através de um grupo condutor que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes” (FAORO, 1992, p. 8).

Na *modernidade*, a elite - estamento ou classe – apenas coordena, organiza o movimento, ao passo que na *modernização* as classes dirigentes o conduzem e promovem. A *modernização* também pode ser chamada de “ocidentalização,” “revolução do alto” ou “via prussiana”.

No caso brasileiro, o grupo dirigente da *modernização* é o estamento. A camada estamental está distante das necessidades e interesses da sociedade. Segundo o jurista gaúcho, um primeiro momento de *modernização*<sup>7</sup> no Brasil se deu com a chegada (ou a transferência) da Corte portuguesa em 1808.

Não obstante as inúmeras mudanças trazidas por D. João VI, tal episódio foi interpretado pelo autor como um momento no qual o país passou por transformações que buscavam frear a ascensão social. O mesmo espírito de controle estaria presente na obra da Independência. “Entre a sociedade civil, frágil e vigiada, e o estamento aristocrático, deu-se uma transação [...] A conciliação política, desarmando os antagonismos, regularia e controlaria a mudança social” (FAORO, 1992, p. 10).

No que tange aos tempos modernos devemos lembrar que o capítulo inaugural de *Os donos do poder* é uma análise sobre a origem do Estado Português. Ali o processo desencadeado pela Revolução de Avis é apontado como o evento que possibilitou a

7. Raymundo Faoro situa no século XX outros dois momentos da modernização: 1937 e 1964. Em ambos o estamento militar teria se apresentado como modernizador, reformador e condutor do progresso dentro da ordem. Outro marco apontado é o impacto do ideário positivista no Brasil com sua crença na ciência como salvação. Além destes, é ressaltado o impulso de modernização urbanística e médica no Rio de Janeiro do início dos noventa.

constituição de um poder estatal centralizado cuja base econômica estava na propriedade fundiária. Naquele momento ainda não havia em outro lugar algo semelhante a este embrião de Estado nacional centralizado, visto que o Estado Português era moderno quando ninguém ainda era.

Com efeito, a “modernidade precoce” se converteria em uma “persistência fatal”, numa “multissecular repetição da mesma estrutura com conteúdos diferentes”, numa tendência quase neurótica de repetição do passado (COHN, 2008; FAORO, 2008).

É a partir deste registro que Raymundo Faoro compreenderá a temporalidade brasileira. A centralização do Estado Português abriu o caminho para um capitalismo politicamente orientado que se contrapõe ao capitalismo dirigido pela lógica do mercado. Este mesmo sistema foi transplantado para o Brasil desde a colonização. O estamento burocrático português foi congelado e atravessou o oceano para ser aqui implantado e o Estado foi imposto à colônia antes que ela tivesse povo.

A organização política e administrativa não foi criada pela sociedade civil, mas apresenta-se como uma carapaça imensa, disforme e pesada, que não está de acordo com a realidade na qual se assenta. Por aqui, o Estado não é visto como protetor dos interesses da população, como defensor das atividades particulares. Ao contrário, ele é percebido como um monstro sem alma, um impiedoso cobrador de imposto. Ninguém se sente solidário ao ponto de colaborar com o Estado, exceto os buscadores de benefícios escusos e cargos públicos (FAORO, 2008).

Na interpretação faoriana a presença do patrimonialismo estamental leva o Brasil a ter uma temporalidade circular. Os países nos quais esta camada detém o poder modernizam-se através de um plano concebido e implantado pelo alto. O estamento absorve as técnicas importadas, “modernizantes”, tendo o cuidado de refreá-las para que estas novas ideias não ameacem seu domínio da sociedade, ainda que este domínio revista-se de novos nomes (FAORO, 2008). Neste ritmo de *modernização* (e não de *modernidade*) as teorias e doutrinas se superpõem sem que na transição entre uma e outra haja progresso. “O tempo, não sendo contínuo, é cíclico, irracionalizando o desenvolvimento econômico e social, como nos trabalhos de Sísifo” (FAORO, 1992, p.15).

Segundo nosso referencial teórico, o filósofo Paul Ricoeur, o tempo não se deixa conceituar ou apreender de modo direto, imediato. Antes, ele demanda a mediação da narrativa para se tornar humano e apreensível, inteligível. Diante disso a pergunta que se impõe é: de que modo esta temporalidade circular está articulada na narrativa de Faoro sobre a história brasileira? O capítulo final de *Os donos do poder* – incorporado à obra a partir da segunda edição – nos indica o caminho da resposta: *a viagem redonda do patrimonialismo ao estamento*.

No fechamento de sua obra magna, o jurista gaúcho expõe sua sentença sobre o passado brasileiro. Segundo ele, numa viagem de seis séculos, que vai de Dom João I até Getúlio Vargas, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações e à travessia do largo oceano: o capitalismo politicamente orientado. Tal estrutura faz com que o Estado comande a economia como se fosse um negócio seu. A realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, mesmo em fase progressiva da experiência capitalista.

O autor de *Os donos do poder* sustenta que a principal característica da experiência brasileira é o predomínio junto ao poder do quadro administrativo. O estamento, que



inicialmente tinha tendências aristocráticas burocratizou-se progressivamente em uma mudança de acomodação sem transformações estruturais.

No estágio inicial, o domínio patrimonial (assim constituído pelo estamento) se apropria das oportunidades econômicas, dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre setor público e o privado. Com o aperfeiçoamento da estrutura a divisão de poderes se extrema em competências fixas. O setor fiscal separa-se do setor pessoal e o patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal.

Na leitura de Faoro uma das chaves de compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro é a compatibilidade deste quadro tradicional com o moderno capitalismo. O patrimonialismo amolda-se às mudanças, num caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo. Paira sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político que governa em nome próprio; esta camada dos “donos do poder” até passa por mudanças, se renova, mas não representa a nação.

O estamento político não se converte em governo de soberania popular, mas se ajustaria, no máximo, à autocracia com técnicas democráticas (FAORO, 2008). Ao fim e ao cabo, é como se estivéssemos ouvindo um eco da crítica de Sérgio Buarque de Holanda para quem “a democracia no Brasil nunca passou de um lamentável mal-entendido” (HOLANDA, 1995, p. 160).

A camada estamental-burocrática tem um efeito asfixiante não por ser muito rígida, mas, pelo contrário, em virtude da sua plasticidade e capacidade adaptativa, sintetizadas em uma palavra: *resiliência*.

Quando é submetida à pressão ela cede, tem impulsos de *modernização*, para em seguida retomar sua configuração original. Gabriel Cohn destaca que além do debate com a historiografia marxista este é um dos motivos pelos quais Faoro insiste que nem em Portugal nem no Brasil houve feudalismo. Ao ser confrontado com o capitalismo o sistema feudal se estilhaça, enquanto que o sistema patrimonial de feição estamental-burocrática por sua flexibilidade é capaz de acomodação (COHN, 2008).

A narrativa faoriana toma o estamento burocrático como protagonista da história brasileira. Nesse sentido, colocamo-nos, uma vez mais, em consonância com Paul Ricoeur para quem as *entidades sociais* podem ser tratadas de maneira análoga aos personagens de uma narrativa.

Embora conceitos como nação, povo e estamento não possam ser decompostos em uma multidão de ações individuais, eles fazem menção a características que podem ser atribuídas tanto a um indivíduo quanto a um personagem. É possível entender o estamento como um personagem fundamental em *Os Donos do poder*, uma vez que, ele é apresentado como uma entidade dotada de capacidade de iniciativa e que realiza determinada ação no tempo. Isso ocorre, porque, assim como nas demais instituições sociais, há uma referência oblíqua aos indivíduos que a compõem (MENDES, 2013; RICOEUR, 1991). A referência indireta possibilita que tratemos as classes sociais, ou a sociedade de modo geral como um grande personagem:

É porque cada sociedade é composta por indivíduos que ela se comporta na cena da história como um grande indivíduo e que o historiador pode atribuir a essas entidades singulares a iniciativa por certos cursos de ações e a responsabilidade histórica – no sentido de Raymond Aron – por certos

resultados, mesmos os não intencionalmente visados (RICOEUR, 1991, p. 351, grifos nossos, tradução nossa).

Em meio aos comentaristas de *Os donos do poder* não abundam os estudos que tematizem a especificidade de sua configuração narrativa. A única referência que encontramos, nesse sentido, foram os dois parágrafos finais do texto *Revisitando “Os donos do poder” de Raymundo Faoro: uma abordagem historiográfica*.

Nele, Gunter Axt sugere que a sobredeterminação do Estado e do estamento burocrático sobre o tecido social evocam o tropo *whiteano* da *sátira*. Em *Meta-história*, o enredo satírico aparece como um modo de elaboração de enredo no qual o sujeito aparece como cativo do mundo ao seu redor.

A vontade e consciência humanas são mostradas como inadequadas na tarefa de sobrepujar essa força e transformar a realidade. “O advento do modo satírico de representação assinala uma convicção de que o mundo envelheceu. [...] A sátira ‘pinta seu cinzento sobre o cinzento’ na compreensão de sua *própria* inadequação como imagem da realidade” (WHITE, 2008, p. 25. Grifo do autor). Portanto, é como se *Os donos do poder* estivesse desenhando a imagem de um Brasil com uma estrutura política envelhecida, inadequada à modernidade. A representação do passado brasileiro ali contida apresenta o drama da população brasileira como um sujeito alheio à onipresença estamental (AXT, 2001, p, 7).

A resiliência característica do estamento burocrático permite que mesmo em meio às transformações e adaptações haja certa continuidade na camada dos donos do poder. Em *Os donos do poder* existe o que Hayden White chamou de narrativa sincrônica com um acento sobre a continuidade estrutural em detrimento das rupturas (WHITE, 2008).

Os diversos eventos da estrutura política nacional são narrados como o intuito de mostrar que pouca coisa mudou na esfera estatal. Numa perspectiva próxima à de Koselleck e Ricoeur apontamos que a trama tecida pelo autor gaúcho é mais complexa do que uma mera apresentação cronológica de fatos. A intriga tecida fornece uma unidade de sentido que permite uma permuta entre os eventos e a estrutura. Em outras palavras,

A estrutura, enquanto fenômeno de longa duração, torna-se, pela narrativa, condição de possibilidade do acontecimento. [...] Aliás, a relação é reversível. Alguns eventos são tomados como marcantes na medida em que servem como de indícios para fenômenos sociais de longa duração (RICOEUR, 2000, p. 317, tradução nossa).

A configuração estamental é mantida ao preço de muitas tensões e conflitos. O estamento desenvolve um movimento pendular que às vezes ilude o observador. Em alguns momentos ele parece se voltar contra o fazendeiro em favor da classe média, ou a favor do proletariado.

Estes momentos não passam de ilusões de ótica sugeridas pela projeção de realidades modernas numa ordem patrimonial (FAORO, 2008). A estrutura impede a inovação profunda e imprime na narrativa faoriana a marca de uma temporalidade

cíclica. As sucessivas ondas de *modernização* não levam a um desenvolvimento de amplas camadas da sociedade.

A história que daí resulta será uma crônica de déspotas, de governos, de elites, de castas, de estamentos, nunca a história que realiza, aperfeiçoa e desenvolve. A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros (FAORO, 1992, p. 19).

A combinação entre patrimonialismo e estamento faz com que a experiência temporal brasileira seja um imenso “cemitério de projetos”. Com efeito, a pergunta que brota no espírito do leitor ao terminar a leitura da narrativa de Faoro é a seguinte: em que pese nosso passado ter sido escrito dessa forma existiria possibilidade de mudança efetiva no presente e futuro, ou esta lógica excludente seria nosso satírico e trágico destino? A tentativa de responder a esta questão nos conduzirá a nossas considerações finais.

### **Conclusão: é possível sair da viagem redonda? Vinho novo em odres novos.**

Até agora trabalhamos com a teoria de P. Ricoeur para quem a narrativa é um meio necessário à configuração da temporalidade. Entretanto, uma outra perspectiva para a apreensão do tempo histórico foi apontada pelo alemão Reinhart Koselleck. Sua hipótese é de que o tempo histórico seria definido pelo modo como em um determinado presente são articulados os conceitos de “espaço-de-experiência” e “horizonte-de-expectativa”.

Em linhas gerais, a experiência seria o passado atualizado no presente, quando eventos são reunidos, ganham inteligibilidade e tornam-se possíveis de serem lembrados. De modo análogo, a expectativa é o futuro-tornado-presente, um ainda-não amplo o suficiente para abarcar tanto os anseios quanto as inquietudes ou planejamentos.

Cabe ao presente então a intermediação entre as duas categorias que jamais se recobrem, uma vez que são assimétricas (KOSELLECK, 2006). Nossa leitura da articulação entre “espaço-de-experiência” e “horizonte-de-expectativa<sup>8</sup>” em Faoro será um esforço de tentarmos responder à pergunta possivelmente surgida na mente do leitor: a interpretação faoriana fecha, reduz o horizonte-de-expectativa brasileiro?

A partir do que foi exposto até o momento, ficou claro que Raymundo Faoro lança um olhar crítico, de desaprovação ao espaço-de-experiência brasileiro. Sua obra representa o passado brasileiro como um fardo que teima em atormentar o presente e impedir que um novo futuro floresça. Para ele, no Brasil:

---

8. É importante mencionar que experiência e expectativa são mais do que sinônimos para passado e futuro. Koselleck ressalta que tanto as experiências, quanto as expectativas são dados antropológicos constituintes da dimensão meta-histórica que figura como condição de possibilidade para a escrita da história. Ademais, em uma mesma estrutura temporal coexistem diversas experiências do tempo superpostas. Trocando em miúdos, a existência de uma pluralidade de estratos do tempo é decisiva para a crítica faoriana ao tema modernização sem modernidade na política nacional. “A expressão ‘estratos do tempo’ remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram uma das outras em velocidades distintas” (KOSELLECK, 2014, p. 19).

A história, por não ter o país uma sociedade civil viva, estruturada e atuante, desenvolve-se em decorrência dos impulsos ditados pelo poder público. Em conseqüência, *em lugar de projetar um desenvolvimento que se expande para o futuro, triturando o passado, superando-o em novas manifestações, a história é recorrente, repetitiva*. Não temos um *processo* histórico, mas uma sucessão temporal, com retornos de formas e de tempos que não passam de um recondicionamento de outro tempo (FAORO, 1993, p. 17-18, grifos nossos).

Nosso destaque na citação acima evidencia que para o jurista gaúcho, uma das incongruências de nosso processo histórico é que ele não se expande para o futuro, superando e “triturando” o passado.

Se forem aplicadas aqui as categorias koselleckianas veremos que sua representação do passado brasileiro não limita, mas, pelo contrário, visa abrir o horizonte-de-expectativa para a mudança. Segundo o autor alemão, a partir da modernidade<sup>9</sup> a relação entre espaço-de-experiência e horizonte-de-expectativa passou a ser conflituosa, isto é, o crescimento de um redonda no recolhimento do outro (KOSELLECK, 2006).

Parece-nos que em sua escrita da história, Raymundo Faoro se ressentia da distância entre a experiência brasileira e a temporalidade moderna. Nas entrelinhas, há um lamento pelo tempo nacional não triturar e ultrapassar o passado ibérico e patrimonial, mas insistir em repeti-lo, mesmo que com atualizações superficiais. Em uma compreensão geral, ao ler criticamente o passado do Brasil com os conceitos de capitalismo politicamente orientado, patrimonialismo e estamento, o autor visava encurtar, ou, talvez, superar esta experiência que insiste em se reeditar. Para tanto, de acordo com a perspectiva de Reinhart Koselleck, faz-se necessário uma ampliação do horizonte-de-expectativa.

Alguns têm criticado o autor de *Os donos do poder* por dizer que sua análise oferece uma visão desesperançada da política (RICUPERO E FERREIRA, 2005), enquanto outros chegam a dizer que sua interpretação é nociva, pois “culpa e explica o atraso brasileiro pela simples presença do Estado. Na medida em que políticas estatais distintas são apenas ‘vinhos novos em odres velhos’, mero disfarce do velho mal” (SOUZA 2000, p. 181).

Campante sublinha que, ironicamente, a obra de Faoro foi utilizada por uma “elite conservadora”, que conduziu o país de forma patrimonial nos anos 1990, para legitimar o enxugamento do Estado como promotor de inclusão social. Segundo ele, esta recepção, de alguma forma, distorce o argumento faoriano, embora haja em sua obra elementos que permitam tal leitura. Dentre estes destacar-se-ia a idealização do potencial igualitário da sociedade de classes (em contraponto a sociedade estamental) e do mercado<sup>10</sup> (CAMPANTE, 2003).

9. Anteriormente, até as últimas décadas do século XVIII, a concepção de história preponderante era a *magistra vitae* (mestra da vida). Tal concepção estava galgada na ideia de que o passado ofereceria lições ao presente e elucidaria o futuro. Qualquer mudança na temporalidade histórica ocorreria em um ritmo tão lento que a percepção dos atores era de que nada havia de novo. Visava-se uma nítida correspondência entre o espaço-de-experiência e o horizonte-de-expectativa. Tal correspondência garantia o olhar para o passado em busca da exemplaridade (KOSELLECK, 2006).

10. Ao contrastar o estamento com a classe em *Os donos do poder*, Faoro diz que “ao contrário da classe, no estamento não há igualdade de pessoas” (FAORO, 2008, p. 61) e ainda que no Estado patrimonial de estamento “a forma de domínio, ao contrário da dinâmica da sociedade de classes, se projeta de cima

Tais críticas podem ser consideradas como leituras válidas e possíveis de serem feitas a partir da obra faoriana. Todavia, a interpretação apresentada neste artigo segue outro caminho. Antes de explicitá-lo é preciso fazer algumas ponderações. Primeiramente, é necessário apontar que não há concordância em relação ao posicionamento de Jessé de Souza quando este diz que Raymundo Faoro explica o *atraso* brasileiro pela “simples presença do Estado”. Assim como Gabriel Cohn, acredita-se que o cerne do problema não seja a mera presença deste, mas, antes, a configuração que ele assume no contexto histórico brasileiro. A feição estamental-burocrática do Estado impediria que ele fosse, de fato, racional, liberal, moderno e democrático (COHN, 2008).

A crítica de Jessé de Souza caracteriza Faoro com um “apologeta” do Estado mínimo, um defensor do liberalismo selvagem<sup>11</sup> que aprovaria sua implantação nos anos de 1990 sob o rótulo do “neoliberalismo”. Contudo, a avaliação do jurista gaúcho sobre o projeto desta nova onda liberal não é nada favorável. Ele a define como sendo o esforço de uma elite dissidente – porém conservadora – de anular o Estado, pela via do Estado.

Tal movimento seria incoerente, pois, em outros contextos, o liberalismo é uma ideologia que parte da sociedade civil, enquanto que no Brasil da década de 1990, ele converteu-se em uma ideologia estatal que tenta se impor sobre a sociedade civil.

O enxugamento do Estado redundando na abdicação de promover programas de assistência e bem estar social é por ele qualificado como “irreal”, já que volta “as costas ao País, ao país de uma minoria sitiada por uma maioria faminta e pobre.” (FAORO, 1992, p. 21).

Segundo a perspectiva defendida neste artigo, Raymundo Faoro pode ser enquadrado junto aos intérpretes chamados de “redescobridores do Brasil”, tais como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Evaldo Cabral de Mello e outros.

O alvo de sua crítica em relação à história brasileira é a permanência secular da estrutura patrimonial-estamental, que distancia o Estado da sociedade civil. Sendo assim, em que pese ser uma narrativa sincrônica, um possível horizonte aberto por sua obra no espírito do leitor priorizaria a mudança em detrimento da continuidade, preferiria um Brasil efetivamente moderno (e não *modernizado!*) em lugar da tradição luso-brasileira. Estes autores contrapõem-se aos “descobridores do Brasil” tais como Varnhagen e Gilberto Freyre que valorizam mais a continuidade em detrimento da mudança, escolhem o Brasil português e não o Brasil brasileiro (REIS, 2007).

Ao olhar para o passado brasileiro, o jurista gaúcho vê com desalento e sagacidade as sucessivas *modernizações* que ao invés de conduzirem à *modernidade*, reeditam e garantem os privilégios da camada estamental.

Os chamados “donos do poder” até aceitam mudanças, *modernizações pelo alto*, desde que tudo permaneça como está, isto é, desde que a estrutura que perpetua seus benefícios seja garantida. Ao configurar, por meio de sua narrativa, uma temporalidade circular para o Brasil, o autor está denunciando nosso descompasso em relação à *modernidade*.

---

para baixo” (FAORO, 2008, p. 62).

11. De modo análogo Fernando Henrique Cardoso assinala: “Sem que seja explícito, deixa entrever certa nostalgia dos *ideais americanos do self government* temperados com pitada de social-democracia” (CARDOSO, 2013, p. 228).

A antessala da obra magna faoriana traz uma epígrafe reveladora nesse sentido, uma esfinge na língua de Goethe, sem tradução para o português: “não é somente a razão dos milênios que irrompe em nós, mas também sua alienação. Ser herdeiro é perigoso”<sup>12</sup> (FAORO, 2008, p. 9).

A partir dos conceitos de Koselleck, respondemos afirmando que as críticas faorianas à nossa experiência não fecham o horizonte-de-expectativa, mas, dependendo da leitura, podem ampliá-lo. Com efeito, Faoro não aponta explicitamente qual via deveria ser tomada para que isto acontecesse.

Sua obra não contém receitas ou prescrições de qual caminho deveria ser trilhado para que a estrutura patrimonial-estamental fosse superada<sup>13</sup>. Assim como no enredo satírico de White, o conflito intrínseco à realidade é levado a sério, sem, contudo, ser apontada a possibilidade de reconciliação das forças interagentes<sup>14</sup> (AXT, 2001; WHITE, 2008).

A despeito disso, uma coisa, porém, se mostra certa. A jornada rumo à *modernidade* não passa pela dissolução do Estado como sugere, nas entrelinhas, a crítica de Jessé de Souza. Embora não tenha a discussão sobre o tempo histórico como ponto de partida, Luiz Werneck Vianna parece ter chegado a uma conclusão semelhante.

Para ele, na análise de Faoro, “a ruptura, como mãe de todas as reformas, deveria ter como alvo a mudança das instituições, sobretudo, a da forma do Estado, por meio de um desmonte das relações patrimoniais e do poder do estamento-burocrático” (VIANNA, 2009, p.74).

A metáfora que dá título ao presente texto será de grande auxílio em nosso exercício de interpretação. No Brasil, todos os impulsos modernizadores resultaram num trabalho de Sísifo por causa da lógica de funcionamento do Estado. Assim, até que foram buscados “vinhos novos”, inspirados em referenciais modernos, contudo, como nossos odres eram velhos, o aroma do vinho corrompeu-se.

A continuação da metáfora sugere que vinhos novos devem ser colocados em odres novos. Talvez isso queira dizer que seja necessária uma troca de odres, a fim de que o vinho novo traga o renovador sabor da *modernidade*. Se o odre for compreendido como uma alegoria do Estado, talvez a utopia tácita de *Os donos do poder* passasse por uma reforma estatal, que aproximaria o Estado da sociedade civil, tornando-o democrático, racional e moderno. Quando esse tempo chegar, história brasileira deixará, enfim, de ser um imenso cemitério de projetos.

12. Na verdade, trata-se de um trecho do *Zaratustra* de Nietzsche. Agradeço ao meu amigo germanista Robson Narciso de Moraes pela tradução. Segue o trecho original, como escrito em Os donos do poder: “*Nicht nur der Vernunft von Jahrtausenden – auch ihr Wahnsinn bricht na uns aus. Gefährlich ist es, Erbe zu sein*”.

13. A ressonância de Weber pode explicar mais este aspecto da obra de Faoro. O pensador alemão insistia na distinção entre o cientista e político, entre conhecimento empírico e juízo de valor. Segundo ele a ciência social não pode prescrever fins à ação prática. O que ela pode fazer é fornecer elementos para a avaliação da conveniência dos meios propostos para que alcancem determinados fins. A ciência pode, ainda, assinalar as conseqüências que decorrem da consecução dos fins pelos meios propostos. (Cf. seu ensaio sobre “a ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais” in WEBER, 2003).

14. Carlos Guilherme Mota vê com bons olhos a não indicação clara de uma síntese ou conciliação do conflito: “*Com isso escapou à pesada e conciliadora ideologia da Cultura Brasileira, diluidora das tradições reais, instrumento de dominação ela própria utilizada pelos estamentos dominantes*. O drama da possível história da cultura no Brasil fica explicado dado o peso do ‘prolongado domínio do patronato do estamento burocrático’ (MOTA, 1978, p. 180, grifo do autor).

## Fontes

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 6, nº 14, p.7-22, 1992.

\_\_\_\_\_. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*. São Paulo, nº 17, p.14-29, 1993.

\_\_\_\_\_. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In *A república inacabada*. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro*. 4ª edição. 11ª reimpressão. São Paulo: Globo, 2008.

## Referências

AXT, Gunter. Revisitando “Os donos do poder” de Raymundo Faoro: uma abordagem historiográfica. *Revista da Ajuris*. Porto Alegre, v. 81, 2001, p.1-7.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, nº1, p153-193. 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Um crítico do Estado: Raymundo Faoro. In: *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 227-262.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 130-153.

\_\_\_\_\_. Posfácio. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.287-300.

COHN, Gabriel. *Persistente enigma*. (Prefácio) In: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro*. 4ª edição. São Paulo: Globo, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras. 26ª edição. 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. Revisão de Raymundo Faoro. In *História e literatura*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Cedeplar – FACE-UFMG, 2009, p. 205-230.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Ed. Contraponto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Estratos do tempo : estudos sobre história*. Rio de Janeiro : Contraponto ; PUC-Rio, 2014.

MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: Linguagem, narrativa e verdade*. 223 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2013.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1978.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre

Casa Grande & Senzala *e a representação do passado*. Tese de Doutorado em História (UFRGS). Porto Alegre, 2008.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 1*. De Varnhagen a FHC. 9ª edição ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RICOEUR, Paul. *Temps et récit : l'intrigue et le récit historique*. Paris: Éditions du Seuil, Tome I, 1991. [Collection Points Essais].

\_\_\_\_\_. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

RICUPERO, Bernardo e FERREIRA, Gabriela Nunes. Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil. *Perspectivas*. São Paulo, nº 28, p. 37-55, 2005.

SOUZA, Jessé. O caso brasileiro como visto pela nossa sociologia da inautenticidade. In *A modernização seletiva. Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 2000, p. 159-204.

VIANNA, Luiz Werneck. Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 364-377.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In *Weber*. (Coleção os Grandes Cientistas Sociais) 7ª edição. São Paulo: Ática, 2003, p. 128-141.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.